

UNIVERSIDADE ABERTA DO PIAUÍ (UAPI): POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO EDUCACIONAL E USO DE TECNOLOGIAS NA EAD

OPEN UNIVERSITY OF PIAUÍ (UAPI): PUBLIC POLICY, EDUCATIONAL MANAGEMENT, AND THE USE OF TECHNOLOGIES IN DISTANCE EDUCATION

Ma. Ivana Campelo Cabral

Secretaria de Estado da Educação do Piauí

Esp. Viviane Holanda Barros Carvalhedo

Secretaria de Estado da Educação do Piauí

Esp. Orisvaldo Rodrigues de Castro

Secretaria de Estado da Educação do Piauí

Esp. Amanda de Carvalho Gomes

Secretaria de Estado da Educação do Piauí

RESUMO: O estudo propõe-se a examinar, à luz do marco legal e da gestão pública educacional, o processo de concepção, institucionalização e operacionalização do programa Universidade Aberta do Piauí (UAPI), instituído por decreto estadual em dezembro de 2016, como política pública voltada à universalização do acesso ao ensino superior no estado. Fundamentado no uso da mediação tecnológica como ferramenta educacional, o programa configura-se como ação afirmativa para a redução das desigualdades sociais e regionais, por meio da democratização da educação. A experiência acumulada ao longo de uma década no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) serviu como base para a formulação do modelo piauiense, que incorpora avanços normativos, pedagógicos e tecnológicos aplicados à Educação a Distância (EAD). A análise contempla as diretrizes de gestão e governança adotadas, as políticas interinstitucionais e as parcerias estratégicas firmadas para a operacionalização do programa, bem como a integração de ferramentas digitais. Discute-se, ainda, o papel da UAPI no fortalecimento do desenvolvimento local e regional e na ampliação das oportunidades de inserção profissional.

Palavras-chave: Universidade Aberta do Piauí; Educação Superior; Educação à Distância; Mediação Tecnológica; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This study aims to examine, in light of the legal framework and public educational management, the process of conception, institutionalization, and implementation of the Open University of Piauí Program (UAPI), established by state decree in December 2016 as a public policy designed to universalize access to higher education in the state. Grounded in the use of technological mediation as an educational tool, the program is configured as an affirmative action initiative to reduce social and regional inequalities through the democratization of education. The experience accumulated



over a decade within the framework of the Brazilian Open University System (UAB) served as the foundation for the formulation of the Piauí model, which incorporates regulatory, pedagogical, and technological advances applied to Distance Education (DE). The analysis addresses the management and governance guidelines adopted, the interinstitutional policies, and the strategic partnerships established for the program's implementation, as well as the integration of digital tools. Furthermore, it discusses UAPI's role in strengthening local and regional development, expanding opportunities for professional.

Keywords: Open University of Piauí; Higher Education; Distance Education; Technological Mediation; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO:

A ampliação do acesso à educação superior constitui um dos principais desafios das políticas públicas educacionais no Brasil, sobretudo em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas e por limitações na oferta presencial de cursos. Nesse contexto, a Educação a Distância (EAD), aliada às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), tem se consolidado como instrumento estratégico para a democratização do ensino e para a promoção do desenvolvimento regional.

A formulação de políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no âmbito da educação superior, está vinculada à busca pela redução das desigualdades regionais e socioeconômicas. Conforme Souza (2006) políticas públicas é o conjunto de ações, metas e programas que expressam as escolhas governamentais diante de demandas sociais. No campo educacional, tais políticas se materializam por meio de instrumentos normativos, programas e investimentos que visam ampliar a cobertura, qualidade e equidade do ensino.

No caso da EAD, a ampliação do acesso está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e regulamentada pelo decreto nº 9.057/2017, que reconhece a EAD como modalidade legítima e estratégica para a expansão da educação superior, recentemente alterado pelo decreto nº 12.456/2025. Programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, exemplificam o papel do Estado na criação de mecanismos de interiorização da oferta acadêmica. Essa experiência serviu como base para iniciativas estaduais, como a Universidade Aberta do Piauí (UAPI), concebida como política pública para universalizar o acesso ao ensino superior por meio de mediação tecnológica.

A perspectiva da educação como direito social, como consta no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, reforça a necessidade de que políticas educacionais sejam planejadas e executadas de forma a atingir populações historicamente excluídas, articulando ações afirmativas e estratégias de inclusão digital. De acordo com Giraffa (2015), as políticas públicas de EAD no Brasil assumem papel estratégico na democratização do acesso ao ensino superior, embora sua efetividade esteja condicionada à existência de infraestrutura adequada, gestão eficiente e processos contínuos de avaliação.

No estado do Piauí, essa realidade ganhou novo impulso com a criação do programa Universidade Aberta do Piauí (UAPI), instituído por meio do decreto estadual nº 16.943, de 19 de dezembro de 2016 e institucionalizado pela Lei nº 7.443, de janeiro de 2021. O programa surge como política pública inovadora, com o objetivo de universalizar o acesso à educação superior por meio da mediação tecnológica, articulando-se às diretrizes nacionais da EAD e aproveitando a experiência acumulada no âmbito da UAB.

Este estudo adota uma abordagem fundamentada na análise documental e na investigação de políticas públicas, com foco na compreensão do processo de concepção, implementação e gestão do programa Universidade Aberta do Piauí (UAPI). A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos sociais e institucionais em profundidade, considerando a complexidade dos arranjos de gestão e a integração tecnológica presentes no programa.

Segundo Minayo (2012) a pesquisa qualitativa permite compreender significados, processos e relações sociais, sendo adequada para estudos que envolvem políticas públicas e contextos educacionais. Dessa forma, a metodologia adotada está pautada na análise de documentos públicos oficiais, na pesquisa teórica e no estudo de caso. Na análise documental foram examinados documentos normativos e institucionais relacionados à criação e implementação da UAPI, incluindo: decretos estaduais, planos de governo, planos de trabalho dos cursos ofertados, leis estaduais e federais sobre educação superior a distância, relatórios institucionais da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI) e dados estatísticos sobre matrículas, polos e desempenho acadêmico, obtidos por meio de fontes oficiais com a Universidade Estadual do Piauí e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí.

No referencial teórico, adotamos autores que contribuem para uma análise de políticas públicas proposto por Secchi (2016) e Souza (2006) que contempla as etapas de formulação, implementação e avaliação. Essa perspectiva permitiu compreender a UAPI enquanto política de Estado, articulada a objetivos estratégicos de inclusão educacional, desenvolvimento regional e inovação tecnológica.

A UAPI é tratada como um estudo de caso único, onde segundo Yin (2015) se investigam as especificidades do modelo piauiense de EAD mediada por tecnologia. Essa estratégia possibilita a análise integrada de aspectos normativos, operacionais, tecnológicos e de gestão, além de facilitar a identificação de fatores críticos, sucesso e desafios enfrentados. O processo analítico combina dados qualitativos provenientes de documentos institucionais, legislação e literatura científica, com indicadores quantitativos de acesso e desempenho acadêmico. Essa análise buscou assegurar maior robustez e validade às interpretações.

No plano jurídico e normativo, a criação da UAPI está alinhada às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), às regulamentações específicas da EAD no Brasil e às políticas de expansão da educação superior estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

A relevância da UAPI transcende os limites do campo educacional, configurando-se como uma política pública estratégica para o desenvolvimento regional. Sua implementação está diretamente vinculada às metas de crescimento econômico, inclusão social e redução das desigualdades históricas no estado.

2 UAPI: POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

2.1 Gestão Pública na Educação Superior a Distância

A implementação de programas educacionais de grande alcance territorial exige modelos de gestão pública orientados para resultados, capazes de articular diferentes níveis de governo, instituições de ensino e comunidades locais. De acordo com Secchi (2016) a gestão de políticas públicas demanda planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação contínua, especialmente quando envolve múltiplos atores e recursos.

No caso da UAPI, a gestão requer arranjos que contemplam: governança interinstitucional, com papéis claramente definidos entre Estado, universidade e órgãos de apoio; descentralização operacional, por meio de polos de apoio presencial que funcionam como centros de atendimento acadêmico e administrativo nas escolas da rede estadual de educação do Piauí, otimizando recursos financeiros e humanos, equipe multiprofissional vinculada a instituição de ensino superior; gestão tecnológica, envolvendo a manutenção de plataformas virtuais, sistemas de gestão acadêmica, suporte técnico e produção de materiais didáticos digitais no canal educação.

A estrutura de governança do programa fundamenta-se em parcerias estratégicas em âmbito estadual, integrando a Secretaria de Estado da Educação, a Universidade Estadual do Piauí e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, com o propósito de otimizar recursos, ampliar a eficiência administrativa e maximizar os impactos sociais e educacionais.

Do ponto de vista tecnológico, a UAPI integra plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas de gestão acadêmica online, recursos multimídia e metodologias inovadoras que combinam aulas síncronas e assíncronas, ampliando o alcance geográfico da política pública.

A governança da UAPI baseia-se em um modelo colaborativo e descentralizado, que envolve: Coordenação geral: exercida pela SEDUC-PI, responsável pelo planejamento estratégico e manutenção das escolas/polos nos municípios, que fornecem infraestrutura física, suporte administrativo e acesso a equipamentos e internet para estudantes; Plataforma tecnológica: desenvolvida e mantida com suporte técnico especializado, garantindo a integração entre gestão acadêmica, acompanhamento pedagógico e ferramentas de interação virtual; Instituições de ensino superior parceiras: notadamente a UESPI, responsável pela oferta acadêmica, elaboração de materiais didáticos, capacitação docente e coordenação pedagógica; E a instituição financeira FAPEPI, conforme previsto na Lei nº 7.443, de janeiro de 2021, responsável pela gestão dos recursos destinados à UAPI.

Essa estrutura de governança segue princípios da gestão em rede Castells (2013) e da gestão pública por resultados Secchi (2016), possibilitando maior capilaridade territorial e otimização de recursos. A descentralização operacional favorece a adaptação

dos serviços educacionais às especificidades regionais, enquanto a coordenação geral garante padronização de processos e alinhamento às políticas estaduais.

2.2 Tecnologias Digitais e Mediação Tecnológica na UAPI

A EAD contemporânea é indissociável do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que ampliam a abrangência geográfica das políticas públicas e oferecem novas possibilidades pedagógicas. Moore e Kearsley (2012) destacam que a mediação tecnológica na EAD permite superar barreiras de tempo e espaço, viabilizando o acesso a conteúdos e interações de forma síncrona e assíncrona.

Segundo Giraffa (2015) as tecnologias digitais desempenham um papel central na educação à distância, não apenas como ferramentas de mediação do conteúdo, mas também como elementos estratégicos para ampliar o acesso, favorecer a interação e promover a flexibilização dos processos de ensino e aprendizagem. A adoção de tecnologias na EAD deve, contudo, estar alinhada a políticas de inclusão digital, especialmente em estados como o Piauí, onde persistem desigualdades no acesso à internet de qualidade. Nesse sentido, a mediação tecnológica não se limita ao uso de plataformas, mas envolve investimentos em infraestrutura, capacitação docente e suporte aos estudantes.

De acordo com Moran (2015) a utilização de tecnologias digitais no ensino superior possibilita novas formas de mediação do conhecimento, ampliando a acessibilidade e promovendo experiências de aprendizagem mais interativas e colaborativas, ao mesmo tempo em que integra diferentes ambientes educacionais.

O mecanismo de funcionamento da UAPI, se estabelece no seguinte formato: os professores da universidade ministram as aulas ao vivo nos estúdios do Canal Educação, essas aulas são transmitidas via satélite para os kits de mediação tecnológica que estão instalados nas salas de mediação nas escolas/polos. A operacionalização do programa UAPI envolve diversos atores, como professores formadores, professores assistentes, tutores e alunos. Os professores formadores e assistentes são selecionados por disciplina e período letivo, devendo possuir formação pedagógica, conhecimentos tecnológicos e habilidades para planejar aulas interativas, produzir materiais didáticos e elaborar ferramentas avaliativas adequadas ao público-alvo. Suas propostas são discutidas com a equipe técnica do Canal Educação e podem ser testadas em estúdios

antes da transmissão. Os professores assistentes dão suporte aos formadores, interagindo com os alunos em tempo real pelo *chat*, esclarecendo dúvidas e, se necessário, substituindo-os. Já os tutores, atuam diariamente na organização das aulas, incentivo à participação, acompanhamento de frequência, correção de avaliações e disponibilização de conteúdos digitais pertinentes à disciplina na plataforma virtual.

Nos estúdios do Canal Educação, além de toda a equipe de direção e produção técnica, ainda acompanham as aulas presencialmente, aos sábados, um membro da equipe SEDUC e os coordenadores da UESPI, que ficam em contato constante com os coordenadores dos polos e coordenadores adjuntos, servindo de suporte na resolução de quaisquer imprevistos durante as aulas.

Nas escolas/polos o coordenador do polo se responsabiliza pelas ações administrativas e pela comunicação oficial com as instituições parceiras para atendimento ao fluxo das aulas e demandas de gestão, como matrículas, processos de colação de grau e demais questões. Um segundo ator que atua no polo é o coordenador adjunto, que exerce a função de mediador das aulas, sendo responsável pelo fluxo de presença dos discentes, manuseio dos equipamentos que compõem o kit de mediação e acompanhamento das aulas aos sábados. As aulas da UAPI ocorrem quinzenalmente, sempre aos dias de sábado, podendo ser nos turnos manhã e tarde e a frequência nos polos é uma exigência da oferta dos cursos que se enquadram no formato semipresencial, com atividades síncronas mediadas e atividades assíncronas. As aulas ficam gravadas e disponíveis para os estudantes assistirem posteriormente. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado na UAPI é a Plataforma MOODLE, onde os estudantes realizam as atividades e avaliações das disciplinas.

2.3 Percurso Histórico da UAPI

A UAPI foi instituída oficialmente pelo Decreto Estadual nº 16.943, de 19 de dezembro de 2016, como política pública estadual voltada à democratização do acesso ao ensino superior. Sua criação foi resultado de um processo acumulado de mais de uma década de experiências no âmbito do sistema UAB, que já vinha promovendo a interiorização da EAD em parceria com instituições públicas de ensino superior no Piauí.

A fase inicial da UAPI, entre os anos de 2017 e 2018, foi marcada pela instalação dos primeiros polos de apoio presencial, em municípios estrategicamente escolhidos,

para atender regiões com baixo índice de cobertura de cursos superiores. A seleção desses polos levou em consideração critérios como demanda educacional reprimida, indicadores socioeconômicos e infraestrutura mínima para implantação da modalidade à distância. O curso piloto para implantação dos polos foi o curso de Bacharelado em Administração com foco em Empreendedorismo, 60 polos foram contemplados na primeira etapa, com 50 vagas para cada polo e na segunda etapa, mais 60 polos, totalizando 120 polos e 6 mil vagas ofertadas.

A partir de 2019, o programa passou por sua terceira etapa de expansão com a abertura de mais 63 polos, totalizando 183 municípios/polos, concluindo assim a oferta de ensino superior público e gratuito na modalidade a distancia em todos os municípios do estado. O Piauí possui 224 municípios e a UAPI tem polos em 183 municípios, onde não existe polo UAB nem oferta de ensino superior publico na modalidade presencial.

No ano de 2022, ocorreu a primeira entrega de profissionais formados pela UAPI, no curso de Bacharelado em Administração e em 2024, a segunda colação de grau. Somando as duas entregas a UAPI já formou cerca de 2.200 profissionais, em 120 municípios/polos. Além de algumas solenidades nos municípios, organizadas pelos formados, nas duas ocasiões, a SEDUC-PI realizou uma grande solenidade na capital do estado, cidade de Teresina, onde formados, equipe gestora, professores e familiares puderam celebrar essa conquista.

Em 2023, foram lançados dois novos cursos pela UAPI, o Tecnólogo em Sistemas para Internet e o Tecnólogo em Energias Renováveis, com 3.100 novas vagas distribuídas em 63 polos. A expansão visa ampliar a cartela de cursos, contribuindo para a formação de profissionais em áreas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico do estado. Ainda no ano de 2023 ocorreu o lançamento do Lab. UAPI Inova Tech, um laboratório vinculado a UESPI, voltado para o empreendedorismo, inovação e tecnologias para projetos em parceria com a UAPI e para captação de investimentos e recursos para projetos com os estudantes.

Através do Laboratório e em parceria com a FAPEPI e SEDUC já foram lançados e-books com trabalhos de conclusão de curso das etapas I e II da UAPI, foram realizadas palestras e atividades de pesquisa e extensão, como a I Jornada Científica da UAPI, um evento no formato híbrido que ocorreu em 2024, com programação distribuída em três dias e com a inscrição de mais de mil estudantes nos 183 polos.

As ações de extensão da UAPI, incluem também palestras transmitidas pelo Canal Educação e oficinas *on-line*, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Secretaria da Fazenda do Piauí, por meio do programa de Educação Fiscal. Essas iniciativas buscam ampliar a formação dos estudantes, aproximando o ensino de práticas voltadas à inovação, gestão e empreendedorismo. A extensão cumpre um papel estratégico no fortalecimento da formação integral dos estudantes, articulando teoria, prática e inserção social.

2.4 Impactos Sociais e Econômicos

A UAPI apresenta impactos expressivos no cenário educacional e socioeconômico do estado, especialmente no que se refere à democratização do acesso ao ensino superior. Ao atender municípios que historicamente não dispunham dessa oferta, a política contribui para reduzir desigualdades regionais, ampliando oportunidades de formação acadêmica e possibilitando maior inserção social de populações antes marginalizadas.

Outro aspecto relevante é o aumento da qualificação profissional em setores estratégicos, como gestão pública, tecnologia e, especialmente, energias renováveis, área em que o Piauí apresenta grande potencial, devido à abundância de recursos naturais e à presença de investimentos significativos de empresas multinacionais. A formação de profissionais capacitados nesses setores contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Os polos da UAPI atuam como vetores de desenvolvimento local e regional, impulsionando a economia, gerando demanda por serviços e equipamentos, estimulando o empreendedorismo e criando oportunidades de avanço social e econômico. Além disso, contribuem para a ampliação da inserção e mobilidade profissional, valorizam o capital humano e incentivam a permanência de jovens talentos em suas comunidades, reduzindo a migração para grandes centros urbanos.

No Brasil, durante o ano de 2023, as matrículas em cursos de EAD no ensino superior chegaram a 49,3% do total, com um crescimento de 13,4% em relação ao ano anterior, consolidando a modalidade como principal porta de entrada para novos estudantes. A maior parte dessas matrículas está concentrada na rede privada, de acordo com os dados do Censo do Ensino Superior. No Piauí, o avanço foi ainda mais expressivo:

entre 2022 e 2023, as matrículas em EaD cresceram **22,7%**, enquanto no ensino presencial houve uma leve queda de 0,5%.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD Contínua/IBGE (2024), o perfil dos estudantes da Educação a Distância caracteriza-se, em geral, por uma faixa etária mais elevada, menor renda familiar, elevada inserção no mercado de trabalho e responsabilidades domésticas ou familiares. Esse contexto evidencia a EaD como uma alternativa viável e democrática de acesso ao ensino superior para grupos sociais que encontram maiores dificuldades de conciliar estudos com outras demandas cotidianas.

O caráter estratégico da EAD, quando articulado a políticas públicas de gestão eficiente e uso inteligente de tecnologias, possibilita ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e fomentar a inclusão social, reafirmando seu papel como política de Estado e não apenas como programa de governo. Nesse sentido, Moran (2003) destaca que a integração de tecnologias digitais nos processos educacionais permite não apenas a expansão do acesso à educação, mas também a criação de ambientes de aprendizagem mais interativos e colaborativos, fortalecendo a equidade e a democratização do conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E NOVOS CAMINHOS PARA A UAPI

A análise da trajetória da UAPI evidencia seu papel como política pública inovadora, concebida para universalizar o acesso ao ensino superior por meio da mediação tecnológica, contribuindo de forma efetiva para a redução das desigualdades educacionais e regionais no estado. Inspirada na experiência do sistema UAB, a UAPI adaptou e expandiu o modelo nacional, incorporando métodos próprios de governança, descentralização operacional e integração tecnológica, alinhadas às diretrizes nacionais de educação à distância.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2022, o Piauí possui uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes e segundo dados da PNAD contínua, em 2024, 15,3% dos piauienses com idade de 25 anos ou mais, correspondentes a cerca de 320 mil pessoas, possuíam ensino superior completo, posicionando o estado na terceira colocação na região Nordeste, abaixo da média nacional, que foi de 20,5%. Em comparação com 2016, ano de início do levantamento da PNAD, apenas 206 mil

piauienses haviam concluído a educação superior, representando um aumento de 57% ao longo de oito anos. Nesse contexto, a criação da Universidade Aberta do Piauí UAPI insere-se como uma ação voltada à ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo, ao lado das demais ofertas públicas e privadas, para a melhoria dos indicadores educacionais no estado.

Apesar dos avanços conquistados, a UAPI ainda enfrenta desafios estruturais e operacionais que comprometem a plena efetividade de sua proposta. Entre os principais obstáculos, destacam-se as limitações de infraestrutura, além da conectividade nos polos, especialmente em áreas rurais, onde a instabilidade e a baixa velocidade da internet dificultam o acesso contínuo e de qualidade às ferramentas digitais.

O fortalecimento da Universidade Aberta do Piauí demanda ações voltadas à modernização dos kits de mediação tecnológica, capazes de assegurar maior qualidade nos processos de ensino e aprendizagem, bem como à promoção de maior celeridade na interação entre estudantes e tutores, favorecendo a construção de vínculos pedagógicos mais efetivos. Além disso, destaca-se a importância de iniciativas que consolidem o sentimento de pertencimento dos discentes a uma universidade, por meio do fortalecimento da cultura acadêmica, da ampliação de projetos de extensão e da participação em eventos científicos e culturais, elementos essenciais para a vivência universitária plena. Soma-se a isso a necessidade de melhorias na infraestrutura dos laboratórios dos polos, de modo a possibilitar a realização de atividades práticas mais diversificadas e qualificadas, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a integração entre teoria e prática.

Adicionalmente, a sustentabilidade financeira constitui um ponto sensível, uma vez que todos os recursos são provenientes da fonte do tesouro estadual, onde a educação superior não é a prioridade para os investimentos, e sim, a educação básica. Outro desafio recorrente é a evasão, que segundo os relatórios de expedição de diplomas da UAPI, registrados na UESPI, chega a aproximadamente 60%. Esses elementos revelam a necessidade de políticas complementares que articulem investimentos em infraestrutura tecnológica, programas de inclusão digital, bolsas de iniciação científica e de permanência estudantil, especialmente aos estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Os resultados observados indicam avanços significativos na inclusão educacional, formação profissional, desenvolvimento regional e a inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Através de uma plataforma que está sendo produzida, chamada Farol do Egresso, a equipe de gestão da UESPI e SEDUC pretendem mapear os índices de profissionais formados pela UAPI e a empregabilidade na área de formação.

A UAPI consolida-se como um caso positivo de política pública estadual que combina inovação tecnológica, gestão educacional eficiente e compromisso social, reforçando a relevância da EAD como instrumento estratégico de desenvolvimento humano e territorial. A experiência piauiense oferece subsídios para o desenho e a implementação de iniciativas semelhantes em outros estados, especialmente em contextos de desigualdade territorial e de restrição de acesso ao ensino superior presencial.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2017.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

PIAUÍ (Estado). **Decreto nº 16.943, de 19 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a criação da Universidade Aberta do Piauí (UAPI). Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, 19 dez. 2016.

PIAUÍ (Estado). **Lei nº 7.443, de 08 de janeiro de 2021.** Institucionaliza a Universidade Aberta do Piauí (UAPI). Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, jan. 2021.

PIAUÍ (Estado). Secretaria de Estado da Educação; Universidade Estadual do Piauí; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. **Acordo de Cooperação Técnica SEDUC/UESPI/FAPEPI.** Teresina, 2018. Documento institucional.

GIRAFFA, Lúcia Maria Martins. *Educação a distância e políticas públicas: reflexões e perspectivas.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação superior no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MORAN, José Manuel. *Educação inovadora presencial e a distância*. São Paulo: Papirus, 2003.

Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacao/inov.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEMSP. *Mapa do Ensino Superior no Brasil – 15ª edição*. São Paulo: Instituto Semesp, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2025/02/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2025.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre os autores

Ivana Campelo Cabral: Graduada em História e Mestre em História pela Universidade Federal do Piauí. Professora efetiva da SEDUC-PI, possui experiência na área de História, na educação básica e superior. Atuou como Professora Formadora do Centro de Educação à Distância (CEAD/UFPI). Desde 2023, exerce a função de Diretora da Unidade de Políticas para o Ensino Superior da SEDUC-PI.

E-mail: ivanakabral@gmail.com

Viviane Holanda Barros Carvalho: Graduada em Licenciatura Plena em Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Piauí. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Professora efetiva da SEDUC-PI, Atuou como Coordenadora de Ensino do Programa de Mediação Tecnológica, Professora Formadora do Núcleo de Educação a Distância (NEAD/UESPI) e Tutora de Educação a Distância. Desde 2023, exerce a função de Superintendente de Gestão da Educação Básica e Superior da SEDUC-PI. E-mail: vivianecarvalho@gmail.com

Orisvaldo Rodrigues de Castro: Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Piauí. Atuou como agente superior de serviço (administrador) na SEDUC-PI. Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas. Atualmente, exerce a função de Gerente na Unidade de Políticas para o Ensino Superior da SEDUC-PI. E-mail: orisvaldo70@gmail.com

Amanda de Carvalho Gomes: Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UniFacid e pós-graduada em Intervenção ABA para Transtorno do Espectro Autista (TEA) pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). Possui experiência nas



áreas escolar e clínica. Atuou como Apoio à Gestão na Unidade de Mediação Tecnológica da SEDUC-PI. Atualmente, exerce a função de Coordenadora na Unidade de Políticas para o Ensino Superior da SEDUC-PI.

E-mail: amaandaacg@outlook.com

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.